

**COMITÊ ESTRATÉGICO NACIONAL DO COMPROMISSO NACIONAL
CRIANÇA ALFABETIZADA (CENAC)
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO**

Data da reunião: 14 de agosto de 2023

Horário da reunião: 15h30 às 17h30

Participantes:

- **Representantes do Ministério da Educação (MEC)**
 1. Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária Executiva do Ministério da Educação
 2. Julia Tami Ishikawa, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Educação
 3. Alessandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação integral Básica do Ministério da Educação
 4. Maurício Érnica, Coordenador-Geral de Equidade Educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação
 5. José Roberto de Souza Santos, Coordenador Pedagógico na Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep
 6. Karine Silva dos Santos, Coordenadora-Geral do Desenvolvimento e Melhoria da Escola do FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- **Representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed)**
 7. Alan Resende Porto, Secretário de Estado da Educação de Mato Grosso
 8. Patrícia Lueders, Secretária Adjunta na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
 9. Roberta Barreto de Oliveira, Secretária de Estado da Educação do Rio de Janeiro
 10. Myriam Medeiros, Subsecretária de Planejamento e Ações Estratégicas, da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro
 11. Sônia Regina Victorino Fachini, Diretora de Ensino na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
- **Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)**
 12. Alessio Costa Lima, Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/CE
 13. Carlos Rubens Araújo, Dirigente Municipal de Educação de Dois Riachos/AL
 14. Luiz Miguel Martins Garcia, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP
 15. Márcia Aparecida Baldini, Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/PR
 16. Maristela Ferrari Guasseli, Dirigente Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS
- **Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (Consec)**
 17. Maria Sílvia Bacila, Dirigente Municipal de Educação de Curitiba/PR
 18. Frederico da Costa Amancio, Dirigente Municipal de Educação de Recife/PE
- **Convidados (palestrantes e ouvintes)**
 19. Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
 20. João César da Fonseca Neto, Coordenador-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação

20. Mônica Maria Silva de Souza, Coordenadora-Geral de Alfabetização da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação

21. Isadora Daud Caiuby, consultora da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação

22. Vivian Ka, representante da Undime

Ata da reunião:

- **Abertura pela Coordenadora do CENAC**

A Coordenadora do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Secretária Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, abriu a reunião. Em sua fala, ressaltou a importância do processo de construção colaborativa do Compromisso Nacional e que União, municípios e Estados, cada um com sua competência e escopo de atuação, tem ações que precisa empreender para o sucesso do Programa. Reforçou que o MEC tem consciência de que há muito por aperfeiçoar e conta com as instâncias de cooperação para poder acertar. No entanto, lembrou que, até aquele momento, 93% dos municípios do Brasil já tinham aderido ao programa, o que seria um sinal relevante. Izolda Cela também lembrou que fará a Coordenação do Cenac, contando com apoio de sua suplente, Julia Ishikawa; e que representantes da Secretaria de Educação Básica do Ministério farão a Secretaria Executiva do Cenac, organizando as pautas.

A Coordenadora Izolda Cela destacou os apoios que serão oferecidos pelo MEC aos entes federados. Entre eles, comenta que serão disponibilizadas obras literárias para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, realizados ciclos de avaliação de leitura para municípios e estados e que INEP está construindo a parametrização em diálogo com cada equipe de avaliação dos estados para organizar a prova do 2º ano. Por fim, Izolda Cela comentou que o INEP está desenvolvendo uma proposta de meta para avanço da alfabetização e que em breve se iniciarão os diálogos com os territórios sobre o assunto. Na sequência, a Coordenadora e o Secretário Executivo do Cenac abriram o espaço para comentários.

- **Discussão**

Alessio Costa Lima, representando a Undime, saudou o grupo e perguntou quando os municípios vão poder aderir ao PATE (Plano de Ação do Território Estadual) e quanto tempo terão para analisar o Plano. Representantes do MEC responderam que a Coordenação Geral de Alfabetização do MEC, liderada por Monica Silva, já estaria em contato com os articuladores para orientar o processo de maneira colaborativa e reforça que o recomendado é haver uma movimentação dos entes para permitir que o processo ocorra de maneira colaborativa.

A representante do Consec, Maria Sílvia Bacila, manifestou preocupação com os estados que não têm política e com a real autonomia que é possível esperar que os municípios tenham nesse caso. Reforçou que muitas capitais do Brasil não participam desses processos de construção com o estado e que é necessário que o diálogo se amplie.

Foi questionado o funcionamento da aprovação do PATE. A convidada e Diretoria de Apoio à Gestão Educacional do MEC, Anita Stefani, reforçou que a intenção é haver um período de teste do sistema junto a representantes de rede, para garantir a adequação do sistema antes da abertura, e reforçou que a proposta é fazer “live” para ajudar na orientação das redes de ensino.

Alessio Costa Lima, representando a Undime, destacou que tem dúvidas sobre a formação continuada e os materiais no âmbito do Programa. Ele pediu que fosse incluída, no rol de perguntas da aba de formação e de materiais, pergunta sobre se a decisão sobre esses componentes foi tomada de maneira pactuada com as redes municipais (sim ou não) e, se houver um documento que comprove, que seja enviado pelo sistema.

Maristela Ferrari comentou que sentiu falta de debater diversos aspectos da política e que o tempo de formulação pelos entes federados é curto, especialmente porque nem todos já têm política. Solicitou que o MEC fosse explícito quando trata da educação infantil no âmbito do Programa, sinalizado de qual faixa etária está se falando (no caso, 4 e 5 anos).

A Coordenadora do Cenac, Izolda Cela, destacou que as demandas sobre a falta de prazo ficarão registradas, que o processo neste primeiro ano tem prazo mais curto por conta de questões orçamentárias, mas reforçou que, os próximos ciclos, a intenção é ampliar o tempo de formulação e que o Programa tem um tempo de aprendizado. Reforçou também que a orientação é que as redes aproveitem ao máximo o que já fazem, lembrando que as redes que ainda não têm programa terão trabalho um pouco maior de formulação.

Representantes do MEC responderam quanto às provocações manifestadas anteriormente a respeito da definição de carga horária prevista no documento de orientações para a formação continuada. O Secretário Executivo do Cenac, Alessandro Santos, destacou que, neste primeiro momento de implementação, haverá maior flexibilidade. Quando houver exceções, a equipe de Alfabetização do MEC vai analisar se há coerência nas solicitações e poderemos fazer os ajustes necessários. Reforçou também que teremos melhorias a cada ciclo. Destacou que, quando se fala de carga horária presencial, considera-se que a formação feita na escola pode compor a carga horária.

O Secretário Executivo do Cenac, Alessandro Santos, também destacou que MEC fará esforços para ter recursos para as ações de educação infantil no âmbito do Compromisso e ressaltou que, dessa forma, é importante que os entes registrem no sistema as ações, para o MEC ter dimensão da demanda existente. Alessandro Santos também anunciou que a Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC também tem a tarefa de formular uma política geral de formação para a educação infantil. Explicitou, também, que na sexta-feira anterior tinha participado de reunião com Undime e Consec, que já haviam sinalizado muitos dos temas em questão e que, como devolutiva para uma demanda da Undime e do Consec, o MEC estaria propondo de incluir a educação infantil no PATE e tentaria garantir recursos para essa frente.

Luiz Miguel Garcia, representante da Undime, expressou visão de que a relação vinha sendo prioritariamente impositiva e unilateral e que é necessário reconstruir o sentido de unidade nacional. Reforçou que a Undime cumpre um papel de mobilização e que o Compromisso é um programa muito esperado. Citou que, no PAIC, o pagamento só era feito mediante assinatura conjunta do Secretário de Estado e a presidência da Undime, e que tudo era discutido com os municípios. Reforçou que, agora, é incômodo o movimento de os estados fazerem as definições e as entregarem para os municípios. Por fim, explicou que acredita que ainda há condições para uma construção participativa. Também pediu para o MEC não ignorar a fragilidade do regime de colaboração e alinhar melhor a governança. Por fim, ressaltou que é necessário avançarmos com as ações, mas fazendo os ajustes necessários. Destacou que o programa é bom e que, aparando arestas, podemos ter a maior chance que o país já teve de sanar o problema da alfabetização. Por fim, se colocou à disposição para ajudar.

Maristela Ferrari, representante da Undime, manifestou ter sido contemplada pela fala de Luiz Miguel. Reforçou, também, que, ainda que saiba que 64 horas seria o ideal, municípios deveriam

poder fazer uma justificativa caso não fossem cumprir o tempo, visto que a formação precisa ser oferecida em horário de trabalho e o tempo é limitado. Discutiu-se a possibilidade de uma redução de 64 para 48 horas. O Secretário Executivo do Cenac, Alexandro Santos, reforçou que o MEC consideraria essa proposta.

Marcia Baldini, representante da Undime, sugeriu que fosse proposta uma carga horária de 12 horas mensais. Também levantou questionamento sobre quem iria fazer a formação dos formadores e a necessidade de que esses profissionais tivessem tanto conhecimento técnico como experiência profissional, reforçando que, nas formações, não se aceita mais apenas teoria. Destacou, também, que é preciso que a política dê certo e que as pessoas participem, e que acredita que a formação continuada é o grande alicerce do programa.

Karine Santos, representante do FNDE, alertou sobre a necessidade de celeridade para garantir a execução do orçamento do Compromisso. Reforçou que os mecanismos como PAR, PDDE, pagamento de bolsas, entre outros, são operacionalizados por equipe distintas e que é preciso garantir um mínimo de celeridade nas ações para a execução do recurso ser realizada a tempo.

Alessio Costa Lima, representante da Undime, sinalizou que se sentiu contemplado com a fala da Maristela e da Márcia e que também se preocupa com o perfil da rede de articuladores. Destacou que, se tiverem um “nível mais baixo” que os professores, haverá problemas. Também reforça a necessidade de inclusão da Educação infantil no PATE. Por fim, destacou que entendeu que sua sugestão inicial, para que um articulador regional fosse indicado pela Undime e um fosse indicado pelo Consed, não foi acatada e reforçou que proposta da Undime de que os articuladores regionais tivessem lógica bipartite não implicaria em mais orçamento. Ao final de sua fala, reconheceu que houve avanços concretos desde as primeiras reuniões e elogiou a equipe do Ministério pelo trabalho.

Luiz Miguel Martins, representante da Undime, concordou com a fala de Alessio e com o fato de que não seriam necessários três articuladores regionais. Reforçou, também, que é importante atentarmos para a educação infantil, para que não sigamos um caminho de simplesmente antecipar a leitura e a escrita, e sim de chegar à visão de educação infantil que se defende. Ao final, também parabenizou a equipe do Ministério da Educação.

Maria Sílvia Bacila, representante do Consec, agradeceu o Ministério pela possibilidade de participar. Sugeriu, também, que se fizesse uma meta-análise sobre as questões da formação. Compartilhou que foi coordenadora do PNAIC, fez pesquisa e que, em síntese, muitas das falas sobre ser necessário ter um perfil qualificado de formador vem dessa experiência. Comentou, também, que um valor do modelo como o do PNAIC era o processo formativo e de produção de capital humano intelectual na área da alfabetização e que espera que esses ganhos aconteçam com o novo programa.

Alexandro Santos, Secretário Executivo do Cenac, explicou os próximos passos do eixo de avaliação e propôs que MEC articule com INEP um encontro com a Undime para explicação sobre as avaliações estaduais em regime de colaboração. Aventou, também, a possibilidade de o MEC elaborar uma pesquisa sobre como está a colaboração hoje, levantando insumos inclusive para a discussão do SNE. Aproveitou para reforçar que o Ministro já estabeleceu o regime de colaboração como grande diretriz do Ministério da Educação. Para reforçar a colaboração, pretende também solicitar à sua equipe que levante a regulamentação do ProBNCC sinalizado como case de sucesso na articulação para o regime de colaboração, para toma-lo como modelo para o Compromisso. Quanto à formação continuada, ressaltou que está prevista para 2024 e não 2023 (o recurso chegaria em novembro), por isso a carga horária mais extensa. No entanto, reforçou que está atento às ponderações trazidos. Explicou que o recurso vai chegar em

novembro. Sobre os articuladores regionais, explicou que o decreto falava de articuladores de gestão e formação indicados pela secretaria estadual. Dessa forma, o que o MEC construiu foi preservar os dois articuladores indicados pela secretaria previstos pelo decreto e acrescentar o terceiro para cuidar de mobilização.

Luiz Miguel Garcia, representante da Undime, reforçou agradecimentos e que este processo é um “embrião” para o Sistema Nacional de Educação.

Informes

Como informes finais, o Secretário Executivo do Cenac, Alessandro Santos, indicou que deverão ser enviados, para apreciação do Comitê, os seguintes documentos: proposta de regimento interno do Cenac e a versão final de portaria da Renalfa, para que tenham acesso às mudanças feitas em resposta às demandas dos entes.

Considerações finais pela Coordenadora do Cenac

A Coordenadora do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Secretária Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, fez um encerramento da reunião, com considerações finais. Destacou que a colaboração é um esforço republicano e reforçou a importância do diálogo e a consciência do Ministério da Educação de que é preciso respeitar o tempo das redes para o processo de colaboração. Finalizou agradecendo pela participação de todos e avaliando que o grupo avançou mais em seu alinhamento interno, na direção de entregar, de forma colaborativa, uma escola melhor para os estudantes.